

Salário e Ciência nas Escolas Médicas

Movida pela manifestação espontânea de um de seus membros docentes, a Congregação da FMRP-USP discutiu, nas duas últimas sessões do semestre, a questão dos salários na Universidade e, particularmente, o dos docentes das escolas médicas públicas do Estado de SP. Vários aspectos do problema foram debatidos, tanto em plenário, como em uma comissão especial encarregada de preparar um documento que refletisse o pensamento da instituição e pudesse ser divulgado externamente. Entretanto, dada a complexidade do tema, da dose de esforço a ser despendido e de um certo sentido de inocuidade da empreitada, esta foi abandonada. Restaram-me algumas reflexões pessoais sobre o tema, até por ter integrado aquela comissão.

A remuneração docente nas universidades, tanto em sua forma real, como na ideal, está inevitavelmente acoplada aos desígnios dos financiadores e das próprias instituições. Na situação ideal, os governos, em seus vários níveis, reconhecem a importância estratégica da universidade pública na formação de recursos humanos e na geração de conhecimentos e remunera decente e uniformemente seus professores, valorizando fortemente a dedicação integral (exclusiva) à docência e à pesquisa (RDIDP). Por conta de alguns poucos mecenas esclarecidos no poder estadual, vivemos, no passado, curtos períodos deste estado de graça, quando, então, nos engalfinhávamos na interminável discussão do RDIDP como regime de trabalho único.

Na situação real e atual, na maioria das faculdades federais de Medicina, por exemplo, os salários são tão aviltantes que, pelo menos nos departamentos clínicos, não há sequer discussão sobre dedicação exclusiva ou sobre pesquisa científica de bom nível. Trata-se apenas de conservar, enquanto se consegue, o emprego docente como um apêndice e torcer para que a quebra da estabilidade ou dos hospitais universitários não produza demissões maciças. No entanto, os salários das Universidades federais são utilizados para indexar e tornar ainda mais aviltantes os valores das bolsas de pós-graduação da CAPES e do CNPq. Similarmente, nas duas

escolas médicas administradas pela Secretaria de Ciência e Tecnologia de SP (em São José do Rio Preto e Marília), os docentes são celetistas e o regime de dedicação exclusiva simplesmente não existe. Por outro lado, o sucesso de uma das poucas exceções do sistema federal, a UNIFESP, questiona incomedidamente a primazia do RDIDP na geração de atividades acadêmicas de alto nível, com destaque para a investigação científica.

A POLÍTICA DO ESTADO

Examinemos, primeiramente, a lógica do provedor. Em entrevista recente à *Folha de São Paulo* (3/8/97), o Ministro da Administração, Bresser Pereira, declarou que a política do governo é fortalecer “*o núcleo estratégico do Estado, ou seja, as carreiras exclusivas de Estado*”, que compõem apenas 5,5% (cerca de 30 mil) dos quase 550 mil servidores da administração direta federal. Seriam estas funções as ligadas à área social, como a saúde, a educação e a cultura? De modo algum, “*as atividades exclusivas de Estado (são) a formulação de políticas, arrecadação de impostos, fiscalização, juízes, promotores, advogados da União, assessores legislativos*”. Coincidentemente, na mesma página, a manchete de outra reportagem é “*Educação é o setor mais atingido por cortes no Estado de SP*” e, na página anterior, mostra-se que as carreiras federais que receberam aumento de salário (gratificações), após janeiro de 95, são as de diplomatas, militares, servidores do Ministério Público, Tribunal de Contas e do Senado, fiscais e procuradores da Previdência, Fazenda, Trabalho e Receita Federal e advogados da União. Exatamente, as funções exclusivas do Estado, na concepção do Ministro. Logo abaixo, pesquisadores da FGV, a serviço do governo, concluem que “*Para equilibrar seus caixas... os Estados teriam de ...reduzir sua participação em setores onde a presença do governo é essencial – saúde, segurança e educação*”.

Qual seria a política oficial para a área social? O Ministro responde: “*Para a área social, estamos contratando gestores. Eles vão gerir as políticas públicas e controlar os gastos. Agora, quem vai*

*executar a área social serão entidades públicas não-estatais, sem fins lucrativos, autônomas, **financiadas em grande parte** (grifo nosso) pelo Estado e com participação da sociedade. **Isto vai valer para a universidade, hospitais, museus.***”

Poder-se-ia argumentar que esta política tem pouco a ver com as universidades estaduais, como a USP, mas, infelizmente, isto não é verdade. Ao contrário, com seu orçamento fixado em uma alíquota do ICMS, determinada anualmente pela Assembléia Legislativa, o financiamento das Universidades aproxima-se bastante ao modelo preconizado pelo Ministro. Bastará reduzir-se esta alíquota ou o valor bruto do ICMS, hipóteses bastante viáveis no cenário atual, para transformar as Universidades estaduais em entidades financiadas **em grande parte (mas não exclusivamente)** pelo Estado, passando a ter dificuldades de, inclusive, honrar os salários dos seus servidores, como já ocorreu em passado recente. Finalmente, a interdependência da macroeconomia nacional com o microcosmo universitário é muito bem ilustrada pela reação negativa da área governamental ao aumento de 10%, considerado excessivo, consignado neste ano aos docentes das Universidades públicas de São Paulo!

COMO VALORIZAR E EQUILIBRAR A QUÁDRUPLA FUNÇÃO DOCENTE?

O exame das contradições internas da questão salarial poderia começar com uma outra conjectura do Ministro da Administração na mesma entrevista: *“A universidade brasileira é um caso de desequilíbrios monumentais. Há professores excelentes e outros trabalhando muito pouco. O custo da universidade federal é ...o custo de uma universidade média dos EUA. Entretanto, o salário médio do professor brasileiro deve ser a metade do norte americano. Como pode ser isto? Excesso brutal de pessoal, professores e funcionários. Mas há pontos localizados com falta de professores e funcionários.”* De certo modo, esta opinião coincide com a existente no seio da Universidade, manifesta na Congregação da FMRP, de que os salários docentes não deveriam ser homogêneos, diante da grande heterogeneidade de atividades e competências.

Na verdade, estes salários já são diferenciados, mesmo para os professores em dedicação exclusiva, em função dos mecanismos flexíveis de assessoria criados pelas Universidades estaduais. Na área clínica, por exemplo, a grande maioria dos docentes recebe

complementação por serviços assistenciais prestados ao hospital universitário e tem oportunidade de atender doentes privados ou conveniados e de dar plantões remunerados sem se afastar das suas instituições, configurando um **regime de tempo integral geográfico**. Esta flexibilização, seguramente, tem garantido a adesão de um grande contingente de docentes clínicos exclusivamente às funções universitárias nas escolas médicas da USP, UNESP e UNICAMP. Deve-se questionar, porém, se estes mecanismos são suficientes, a longo prazo, para garantir o nível qualitativo e quantitativo das atividades acadêmicas e se eles fazem justiça ao restante dos servidores, universitários ou não, integrantes do sistema médico-acadêmico, mas destituídos das mesmas oportunidades de complementação salarial.

Neste sentido, é inegável que acentuados desequilíbrios salariais entre docentes e médicos assistentes ou outros técnicos especializados dos hospitais-escola, muitas vezes desempenhando funções equivalentes, introduzem grande perturbação funcional e emocional no sistema, ameaçando sua eficiência, sem falar na situação dos colegas de cadeiras básicas, muitos dos quais já se auto-intitulam “docentes de segunda classe”. Paralelamente, como os mecanismos alternativos de remuneração dirigem-se maciçamente às atividades assistenciais, sua hipertrofia, em detrimento do ensino e da pesquisa, é um corolário quase inevitável em certas áreas. Como garantir, neste contexto, o desempenho equilibrado e qualificado das atividades universitárias pelos docentes em dedicação exclusiva?

Dentro da óptica intrinsecamente capitalista em que nos situamos, a resposta a esta questão seria institucionalizar-se, na Universidade, a remuneração por tarefas, não só assistenciais, mas também científicas, administrativas e didáticas, que constituem a **quádrupla função docente**. Para as duas primeiras, já existem arremedos de premiação, como a bolsa de produtividade científica do CNPq e as modestas complementações salariais para alguns cargos de chefia. Não se entende, porém, por que o docente pode ter ganhos ilimitados prestando consultoria técnica ou científica a empresas, mas que não haja remuneração pessoal em projetos de pesquisa financiados por agências governamentais. E que apenas algumas funções administrativas sejam remuneradas, embora muito mal, e que outras, tão ou mais absorventes, não o sejam.

Pode-se argumentar, com muita razão, que, se todas estas distorções fossem corrigidas, não sobra-

riam professores para os cursos de graduação, tradicionalmente relegados a uma baixa escala de prioridade mesmo no sistema atual. Seria o caso, então, de se instituir, também, um mecanismo para gratificar a atividade didática na graduação, difícil de se imaginar em nossa realidade, mas já implementado em universidades de países mais avançados do que o nosso.

Um sistema de remuneração por tarefas que estimule a produção e a competência, mesmo acoplado a um salário basal razoável, requer, como pressuposto, mecanismos de avaliação, quantitativos e qualitativos, que sejam confiáveis para todas as atividades universitárias e cujos resultados, verdadeiramente, retroalimentem as funções do docente. Infelizmente, pouco se tem avançado, neste aspecto, dentro da Universidade. Na sistemática atual da USP, por exemplo, algumas funções de assessoria são regulamentadas pela resolução 3533, que limita sua execução a 8 horas semanais, enquanto outras, como os plantões extraordinários, são autorizadas excepcional e periodicamente pelo Reitor, sendo mantidos, nesta forma precária, por exemplo, há cerca de 20 anos no Hospital das Clínicas da FMRP-USP!

Neste quadro caótico de múltiplas atividades valorizadas diversamente, que competem entre si pelo precioso tempo e iniciativa do docente, existe uma grande preocupação, no seio da universidade, de preservar e fertilizar a função acadêmica considerada a mais nobre e peculiar da instituição e, seguramente, a mais vulnerável, que é a investigação científica. Assim, as atividades de ensino e, principalmente, de pesquisa, registradas nos relatórios anuais individuais, são analisadas de uma maneira bastante burocrática pelos Conselhos Departamentais e pelas Congregações, mas são utilizadas pela Comissão Especial de Regimes de Trabalho (CERT) da USP como mecanismo de pressão para autorizar as atividades assistenciais remuneradas. De qualquer modo, este é um dos poucos mecanismos de controle da função docente, o qual, embora incompleto, é bastante respeitado, até por sua concepção aversiva e suas conseqüências práticas potenciais.

UNIVERSIDADES E HOSPITAIS UNIVERSITÁRIOS SEM PESQUISA?

Partindo da constatação de que apenas uma minoria de docentes do país, mesmo em dedicação exclusiva, tem uma produção científica regular e de alguma qualidade e de que, no exterior, a maioria das uni-

versidades não prioriza a produção científica, tem vicejado, até na imprensa leiga, a idéia da divisão das universidades entre umas poucas direcionadas à pesquisa e a maioria dedicada fundamentalmente ao ensino. Neste sentido, causou grande impacto artigo recente de Cláudio de Moura Castro, ex-diretor da CAPES e atual assessor do BID, defendendo, na revista VEJA (4/6/97), uma *“herética separação entre ensino e pesquisa”*, pois uma atividade atrapalharia a outra na mesma instituição.

O que dizer de hospitais universitários sem pesquisa? A contribuição polêmica do prof. Bruno Palombini, da UFRGS, expressa na *Folha de São Paulo*, não teve a mesma repercussão da citada acima, talvez por ter sido publicada na semana do Carnaval (13/2/97), mas possui a mesma relevância. Argumenta que a maioria dos profissionais responsáveis pela excelência técnica dos maiores centros médicos universitários do país, apesar de possuírem formação científica, nunca a traduzirão em carreiras científicas de qualidade. Comentando, literalmente, as características destes profissionais: *“Todos tiveram vivência em pesquisa, quer no curso de Medicina, na residência ou na pós-graduação. Num certo momento, aprenderam a melhor observar, estabelecer critérios e quantificar sua importância, registrá-los e redigir suas observações. Não se espera desses ocupados médicos e professores que venham a fazer grandes descobertas com suas pesquisas. Satisfazem-se com muitas pequenas e repetidas indagações e respostas..., relacionadas com o exercício da assistência médica, seus métodos de exercê-la e seus casos bem estudados.”* E quanto ao *“tríplice desafio da carreira acadêmica”* (ensino, pesquisa e assistência), como o denomina o prof. Palombini, e ao qual acrescentamos um quarto, o político-administrativo? *“Pode ser inviável para muitos que, ao mesmo tempo, sejam assumidos o clínico completo, o investigador produtivo e o professor excelente. Num organograma formal, não se deve prever a existência de muitos docentes com esta tríplice aptidão. A distribuição do tempo precisará variar de docente para docente, assumindo cada um parcelas variáveis dos componentes desses três compartimentos.”* Validando o regime de trabalho bem sucedido em muitas escolas médicas de bom nível científico, incluindo a FMRP-USP, conclui: *“O tempo integral geográfico, que permite o atendimento de consultório no próprio hospital universitário, repita-se, contribui para que estes profissionais tornem fecundas suas aptidões.”*

Não resta dúvida da imensa dificuldade, ou quase impossibilidade, de se conciliar, em um mesmo docente, atividades didáticas, assistenciais, científicas e administrativas de alto nível. Quem já assistiu a uma aula teórica do saudoso prof. Rocha e Silva ou selecionou, para resolver um problema de saúde, um especialista baseando-se apenas na sua lista de publicações, sabe do que estamos falando. Reconhecer a diversidade de aptidões docentes, valorizá-las, fermentá-las e organizá-las para assegurar o funcionamento harmônico do conjunto constitui a arte da administração universitária.

No plano institucional, seria demagógico demais negar a possibilidade da separação, na prática, entre ensino e pesquisa de qualidade, exemplificada em inúmeras situações no país e no exterior. Sem dúvida, hospitais universitários recheados por profissionais com as características apontadas pelo prof. Palombini, incluindo a formação científica, mesmo sem grandes laboratórios de pesquisa, têm amplas condições de oferecer ensino de qualidade. A questão que se coloca, para o país, é da imensa necessidade de se desenvolver uma capacidade de produção de conhecimentos que dê conta de nossos desafios, científicos e tecnológicos, no final deste e no próximo século. Como grande parte da nossa pesquisa científica é realizada nas universidades públicas, restringi-la a algumas poucas nos centros mais desenvolvidos significa condenar-nos à dependência externa perene em matéria de novos conhecimentos e tecnologias.

Por sua vez, a grande maioria das universidades privadas brasileiras está longe de constituir exemplo da mencionada dicotomia entre ensino e pesquisa qualificados. Embora tenham, na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão de serviços, uma das exigências constitucionais para seu reconhecimento como Universidade, não produzem, em geral, nem ensino de qualidade nem conhecimentos novos de qualquer natureza. Constituem, ao contrário, exemplo claro do uso do poder político e econômico para a instalação de uma lucrativa indústria de diplomas. Aproveitam-se da legislação frouxa, que lhes dá independência na criação de cursos e na fixação de mensalidades, com a complacência do Conselho Nacional de Educação e a conivência do Ministério da Educação (ME).

Antecipando-se a este debate seminal, o ME criou os "**centros universitários**", os quais, segundo o próprio Ministro Paulo Renato "... *são instituições que não se dedicam à pesquisa, mas têm a mesma liberdade das Universidades*" (*O Estado de São Paulo*, 25/8/97). Ainda segundo do Ministro, "*A função da Universidade não é só a pesquisa. Seria impossível fazer com que todas fossem iguais à USP. É importante que exista a USP, mas também as que se dediquem ao ensino*". Mesmo com os privilégios garantidos, as instituições privadas não têm se interessado em se transformar em centros universitários, insistindo, certamente por uma questão de marketing, no status de Universidade (*Folha de São Paulo*, 31/08/97). A aprovação preliminar deste status a uma instituição paulistana provocou, recentemente, condimentada crise na intimidade do clã presidencial, com a ruidosa demissão do prof. Arthur Giannotti do Conselho Nacional de Educação.

Com a liberdade conquistada, as Universidades privadas têm causado uma explosão de escolas médicas redundantes, medíocres e caras e, crescentemente, têm contratado professores de respeitadas faculdades públicas para envernizar a fachada de suas instituições, na tentativa de lhes conferir credibilidade.

UMA PROPOSTA HÍBRIDA

Para otimizar o funcionamento das nossas universidades públicas e fazer jus a salários dignos, é necessário encontrarmos um meio termo entre o sistema norte-americano, de mobilidade extrema, quase nenhuma estabilidade empregatícia e de concorrência selvagem por posições e *grants* de pesquisa, fontes predominantes da remuneração docente, e o nosso sistema universitário, de estabilidade precoce, imobilidade total no mesmo emprego e salários engessados, independentemente do nível e qualidade da atividade desenvolvida. Para isto, é necessário despirmo-nos da acomodação corporativa que nos paralisa e desenvolvermos mecanismos de avaliação que sejam respeitados e tenham conseqüências sobre nossos rendimentos.

Prof.Dr. Júlio C. Voltarelli
Editor